ROMI

ROMI S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63

ROMI3 B3 LISTED NM

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2022

Prezados Senhores: Submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores, Mercado de Capitais e à sociedade em Geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Romi S.A. ("Romi" ou "Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. Grande parte do ano de 2022 continuou indicando um ambiente favorável para a realização de investimentos, conforme podemos notar nos índices de confiança do empresário e na utilização da capacidade instalada. Essa recuperação no volume de negócios pode ser notada em todas as unidades, tanto nos negócios para o mercado doméstico, quanto nas exportações e mais recentemente na Unidade de Negócio Burkhardt+Weber. A Companhia, tendo canais consolidados no mercado externo, assim como novas soluções, tais como a locação de máquinas e o suporte financeiro aos seus clientes na aquisição de equipamentos, tem fortalecido esses negócios com o objetivo de continuar dando suporte aos seus clientes com excelência, além de atingir volumes relevantes de vendas e, consequentemente, de operação. Entretanto, o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) que demonstrou um comportamento de recuperação consistente até outubro de 2022, notamos uma redução significativa nos últimos meses. Somado à um cenário mundial de inflação e aumento de taxas de juros, temos atualmente um ambiente mais desafiador e turbulento para a realização de investimentos, tanto no mercado doméstico quanto no mercado externo, já refletindo na entrada de pedidos do 4T22. A Unidade de Negócio Máquinas BW concretizou pedidos relevantes durante os últimos trimestres, no continente asiático, nos Estados Unidos, assim como na Europa, o que resultou em uma carteira ao final de 2022 significativamente maior quando comparada ao ano de 2021. Os últimos anos têm sido marcados por um ambiente de incerteza e alta volatilidade, com grandes desafios em relação à gestão de volume de produção, por exemplo. Diante disso, continuamos implementando medidas com o objetivo de tornar a estrutura mais leve, com uma forma ainda mais ágil e flexível de planejar e produzir, de modo a responder rapidamente às oscilações da demanda. Ao longo dos últimos anos, efetuamos diversas otimizações, principalmente, nas estruturas indiretas e na automatização dos processos internos. Também reforçamos o foco em projetos de redução de custos e despesas, além de realizarmos investimentos em automação e produtividade, centrados no incremento da rentabilidade, o que se pode notar desde o ano de 2017. Estrategicamente, definimos como prioridade o desenvolvimento de novas gerações de produtos, com evolução significativa no conteúdo tecnológico, alinhadas às necessidades da Indústria 4.0, sendo que as linhas lançadas em 2018 e 2019 se consolidaram com muito sucesso nos mercados doméstico e internacional. Adicionalmente, fortalecemos as nossas estruturas no exterior e desenvolvemos novas soluções para os nossos clientes, como a locação de máquinas e o suporte financeiro, por meio da criação de uma *fintech*. Essas estratégias nos fornecem muita confiança de que estamos muito bem preparados para continuar capturando as oportunidades, tanto no mercado doméstico, quanto no exterior.

1. DESEMPENHO OPERACIONAL: Receita Operacional Líquida: A receita operacional líquida auferida em 2022 foi de R$1,6 bilhão, 15,1% superior à registrada em 2021, principalmente pelo crescimento das vendas de máquinas ROMI e dos fundidos e usinados no mercado doméstico. **Margens:** Em 2022, a margem bruta foi de 32,0%, que refletiu em -0,3 pontos percentuais em relação à obtida em 2021, com destaque, para a Unidade de Negócio Máquinas Romi. A margem operacional (Earnings Before Interest and Taxes - EBIT) registrada em 2022 foi positiva em 17,0%, apresentando um incremento de 1,7 pontos percentuais em relação a 2021, reflexo da evolução da receita aliada ao controle efetivo das despesas operacionais. **Resultado Líquido:** O lucro líquido do ano de 2022 foi R$216,1 milhões.

2. INVESTIMENTOS: Ao longo do ano de 2022 foram investidos R$127,3 milhões, sendo a maior parte deles destinados à automação, manutenção, produtividade, flexibilidade, competitividade das unidades do parque industrial e máquinas de fabricação própria alocadas para o negócio de locação de máquinas, todas dentro do plano de investimentos já previsto para o ano.

3. AUDITORIA EXTERNA: Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a Companhia informa que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras, pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

4. ARBITRAGEM: As ações da Romi encontram-se listadas no Novo Mercado da B3, segmento diferenciado de listagem que engloba aquelas Companhias que, de forma espontânea, se destacam na adoção dos mais elevados padrões de governança corporativa. Consequentemente, a Companhia está vinculada à Câmara de Arbitragem do Novo Mercado da B3. Desta forma, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no seu Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

		Controladora		Consolidado	
ATIVO	**Nota explicativa**	**31 de dezembro de 2022**	**31 de dezembro de 2021**	**31 de dezembro de 2022**	**31 de dezembro de 2021**
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	21.662	28.047	131.999	99.911
Aplicações financeiras	3	118.814	74.786	118.814	74.786
Contas a receber	4	151.459	123.874	275.323	237.952
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	5	162.993	152.775	162.993	152.775
Estoques	6	501.668	431.176	640.797	536.699
Partes relacionadas	8	28.851	53.303	–	–
Impostos e contribuições a recuperar	9	31.441	40.337	41.880	48.935
Outros créditos		8.781	6.833	17.128	13.224
		1.025.669	911.131	1.388.934	1.164.282
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber	4	9.850	13.439	28.571	20.714
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	5	243.845	218.866	243.845	218.866
Partes relacionadas	8	31.297	51.473	–	–
Impostos e contribuições a recuperar	9	56.434	70.466	56.440	70.472
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	11.967	9.599	19.006	10.557
Depósitos judiciais	15	12.200	12.097	12.200	12.097
Outros créditos		8.880	5.932	9.399	6.498
		374.473	381.872	369.461	339.204
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS	7	198.103	191.012	–	–
IMOBILIZADO	11	346.383	275.200	420.275	370.348
PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO	10	13.500	13.500	15.251	16.621
INTANGÍVEL	12	808	945	51.012	64.065
		933.267	862.529	855.999	790.238
TOTAL DO ATIVO		1.958.936	1.773.660	2.244.933	1.954.520

		Controladora		Consolidado	
PASSIVO	**Nota explicativa**	**31 de dezembro de 2022**	**31 de dezembro de 2021**	**31 de dezembro de 2022**	**31 de dezembro de 2021**
CIRCULANTE					
Financiamentos	13	23.456	70.541	53.714	70.732
Financiamentos - FINAME fabricante	14	154.076	142.830	154.076	142.830
Fornecedores		106.976	115.340	135.557	129.391
Salários e encargos sociais		42.079	37.882	48.850	46.062
Impostos e contribuições a recolher		25.138	7.086	37.397	21.246
Adiantamentos de clientes		31.187	53.046	106.404	103.997
Participações a pagar		9.406	7.680	9.406	7.680
Dividendos e juros sobre o capital próprio		15.130	17.983	15.130	18.191
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	2.683	1.445	2.683	1.445
Outras contas a pagar		9.693	5.020	34.630	34.579
Partes relacionadas	8	1.490	3.096	–	–
		421.314	461.949	597.847	576.153
NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos	13	200.089	117.868	276.169	149.499
Financiamentos - FINAME fabricante	14	237.055	219.104	237.055	219.104
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	270	347	270	347
Outras contas a pagar		14	15	2.754	3.095
Provisão para patrimônio líquido negativo - controladas	7	7.067	11.089	–	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	–	–	35.440	41.361
		444.495	348.423	551.688	413.406
TOTAL DO PASSIVO		865.809	810.372	1.149.535	989.559
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17				
Capital social		771.454	637.756	771.454	637.756
Reserva de lucros		248.144	233.695	248.144	233.695
Ajuste de avaliação patrimonial		73.529	91.837	73.529	91.837
		1.093.127	963.288	1.093.127	963.288
PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		–	–	2.271	1.673
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.093.127	963.288	1.095.398	964.961
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.958.936	1.773.660	2.244.933	1.954.520

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto lucro por ação expresso em reais)

	Nota explicativa	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23	1.355.054	1.064.134	1.592.302	1.383.499
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	24	(931.637)	(722.832)	(1.083.470)	(936.710)
LUCRO BRUTO		423.417	341.302	508.832	446.789
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Com vendas	24	(82.260)	(62.100)	(125.756)	(110.895)
Gerais e administrativas	24	(44.926)	(37.287)	(91.376)	(85.846)
Pesquisa e desenvolvimento	24	(29.907)	(27.077)	(29.907)	(27.077)
Participação e honorários da Administração	8	(17.413)	(15.585)	(17.575)	(15.721)
Resultado de participações societárias	7	20.562	9.147	–	–
Outras receitas operacionais, líquidas	26	4.588	2.042	26.920	4.298
		(149.356)	(130.860)	(237.694)	(235.241)
LUCRO OPERACIONAL		274.061	210.442	271.138	211.548
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS					
Receitas financeiras	25	13.345	11.387	19.075	12.332
Despesas financeiras	25	(11.851)	(11.727)	(16.751)	(14.000)
Variação cambial, líquida		6.321	3.084	5.627	3.386
		7.815	2.744	7.951	1.718
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		281.876	213.186	279.089	213.266
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16	(66.849)	(9.412)	(62.993)	(9.118)
Correntes	16	(69.217)	4.541	(67.356)	3.434
Diferidos	16	2.368	(13.953)	4.363	(12.552)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		215.027	203.774	216.096	204.148
ATRIBUÍVEL À					
Participação dos acionistas controladores				215.027	203.774
Participação dos acionistas não controladores				1.069	374
				216.096	204.148
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO EM REAIS - R$	17	2,67	2,53		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

		Atribuído à participação dos controladores								
			Reserva de lucros							
	Nota explicativa	**Capital social**	**Reserva de lucros**	**Reserva legal**	**Total**	**Ajuste de avaliação patrimonial**	**Lucro líquido do exercício**	**Total**	**Participação dos acionistas não controladores**	**Total**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		637.756	23.849	63.045	86.894	88.353	–	813.003	1.581	814.584
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	203.774	203.774	374	204.148
Efeito de conversão para moeda estrangeira		–	–	–	–	3.484	–	3.484	–	3.484
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício		–	–	–	–	3.484	203.774	207.258	374	207.632
Dividendos intermediários		–	–	–	–	–	(16.867)	(16.867)	–	(16.867)
Juros sobre o capital próprio		–	–	–	–	–	(40.106)	(40.106)	–	(40.106)
Dividendos distribuídos por controlada		–	–	–	–	–	–	–	(282)	(282)
Transferência entre reservas		–	136.612	10.189	146.801	–	(146.801)	–	–	–
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		–	136.612	10.189	146.801	–	(203.774)	(56.973)	(282)	(57.255)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		637.756	160.461	73.234	233.695	91.837	–	963.288	1.673	964.961
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		637.756	160.461	73.234	233.695	91.837	–	963.288	1.673	964.961
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	215.027	215.027	1.069	216.096
Efeito de conversão para moeda estrangeira		–	–	–	–	(18.308)	–	(18.308)	–	(18.308)
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício		–	–	–	–	(18.308)	215.027	196.719	1.069	197.788
Aumento de capital	17	133.698	(133.698)	–	(133.698)	–	–	–	–	–
Dividendos intermediários	17	–	(7.333)	–	(7.333)	–	–	(7.333)	–	(7.333)
Juros sobre o capital próprio	17	–	–	–	–	–	(59.547)	(59.547)	–	(59.547)
Dividendos distribuídos por controlada		–	–	–	–	–	–	–	(471)	(471)
Transferência entre reservas	17	–	144.729	10.751	155.480	–	(155.480)	–	–	–
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		133.698	3.698	10.751	14.449	–	(215.027)	(66.880)	(471)	(67.351)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		771.454	164.159	83.985	248.144	73.529	–	1.093.127	2.271	1.095.398

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	215.027	203.774	216.096	204.148
Efeito de conversão de moeda estrangeira	(18.308)	3.484	(18.308)	3.484
LUCRO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	196.719	207.258	197.788	207.632
ATRIBUÍVEL À				
Participação dos acionistas da controladora			196.719	207.258
Participação dos acionistas não controladores			1.069	374
			197.788	207.632

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		281.876	213.186	279.089	213.266
Ajustes de:					
Resultado financeiro e variação cambial, não realizadas		6.139	(15.811)	5.955	(16.387)
Depreciação e amortização	11, 12	36.687	25.955	50.746	42.376
Reversão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber e outros créditos	4, 5	(940)	(532)	(636)	(980)
Reversão para realização dos estoques	6	(1.863)	(3.885)	(4.341)	(5.435)
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	11, 12	(3.938)	(2.251)	(26.816)	(2.251)
Resultado de participações societárias	7	(20.562)	(9.147)	–	–
Constituição de provisão para passivos eventuais	15	1.026	(234)	1.026	(234)
Variação nos ativos e passivos operacionais					
Duplicatas a receber		(58.888)	(13.003)	(80.424)	(44.754)
Partes relacionadas (ativo e passivo)		44.180	(21.127)	–	–
Valores a receber - repasse FINAME fabricante		(34.770)	(36.257)	(34.770)	(36.252)
Estoques		(67.853)	(163.138)	(69.472)	(160.223)
Impostos e contribuições a recuperar		(46.290)	(33.507)	12.638	(26.573)
Depósitos judiciais		(103)	(10.213)	(103)	(10.213)
Outros créditos		7.427	13.334	5.518	11.881
Fornecedores		4.283	29.199	18.813	34.952
Salários e encargos sociais		4.197	10.610	2.788	9.899
Impostos e contribuições a recolher		25.959	(467)	(42.604)	(2.343)
Adiantamentos de clientes		(21.859)	20.890	2.407	33.535
Outras contas a pagar		6.377	4.539	1.414	2.115
Caixa gerado nas operações		161.085	8.141	121.228	42.379
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pagos		(7.907)	–	(10.159)	(722)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		153.178	8.141	111.069	41.657
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		(44.028)	52.380	(44.028)	52.380
Aquisição de imobilizado	11	(125.263)	(90.808)	(132.197)	(100.321)
Aquisição de intangível	12	(73)	(291)	(252)	(2.791)
Receita na venda de imobilizado		21.043	4.505	21.043	4.505
Dividendos recebidos	7	11.058	3.970	–	–
Aumento de capital em controlada	7	(19.917)	–	–	–
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(157.180)	(30.244)	(155.434)	(46.227)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	17	(69.741)	(130.120)	(70.195)	(130.398)
Novos empréstimos e financiamentos		108.445	124.745	187.746	129.906
Pagamentos de financiamentos		(61.620)	(112.586)	(63.246)	(118.226)
Juros pagos		(8.664)	(10.341)	(10.212)	(12.438)
Novos financiamentos - FINAME fabricante		211.922	220.079	211.922	220.079
Pagamento de financiamentos - FINAME fabricante		(156.272)	(151.067)	(156.272)	(151.067)
Juros pagos - Finame Fabricante		(26.453)	(31.492)	(26.453)	(31.492)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(2.383)	(90.782)	73.290	(93.636)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS		(6.385)	(112.885)	27.835	(98.206)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		28.047	140.932	99.911	195.418
GANHOS CAMBIAIS SOBRE O SALDO DE CAIXA DAS CONTROLADAS NO EXTERIOR		–	–	3.163	2.699
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - NO FIM DO EXERCÍCIO		21.662	28.047	131.999	99.911

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.547.978	1.221.749	1.787.343	1.541.446
Receitas relativas à construção de ativos próprios	64.932	76.594	64.932	76.594
Perdas estimadas para créditos de liq. duvidosa	(940)	(532)	(636)	(980)
Outras receitas operacionais, líquidas	4.588	2.042	26.920	4.298
	1.616.558	1.299.853	1.878.559	1.621.358
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Materiais consumidos	(958.904)	(747.123)	(1.084.117)	(823.750)
Outros custos de produtos e serviços prestados	(38.485)	(29.858)	(44.640)	(37.966)
Energia elétrica, serviços de terceiros e outras despesas	(62.874)	(60.924)	(92.028)	(111.068)
	(1.060.263)	(837.905)	(1.220.785)	(972.784)
VALOR ADICIONADO BRUTO	556.295	461.948	657.774	648.574
Depreciação e amortização	(36.687)	(25.955)	(50.746)	(42.376)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	519.608	435.993	607.028	606.198
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de participações societárias	20.562	9.147	–	–
Receitas financeiras e variação cambial, líquidas	19.666	14.471	24.702	15.718
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	559.836	459.611	631.730	621.916
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Empregados				
Salários e encargos	201.702	175.481	262.194	312.661
Comissões sobre vendas	16.563	9.017	16.563	9.017
Participações e honorários da Administração	17.413	15.585	17.575	15.721
Planos de previdência privada aberta complementar	2.076	1.310	2.076	1.310
Impostos, taxas e contribuições	87.575	173.134	92.414	195.404
Juros	11.851	11.728	16.751	10.614
Aluguéis	7.629	2.816	9.601	6.557
Dividendos intermediários e Juros sobre o capital próprio	59.547	40.106	59.547	40.106
Participação dos acionistas não controladores	–	–	(471)	92
Lucros retidos	155.480	10.189	155.480	10.189
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	559.836	459.611	631.730	621.916

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS: A Romi S.A. ("Controladora") e suas controladas (conjuntamente "Companhia" ou "Consolidado"), listada no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, desde 23 de março de 2007, com sede no município de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, tem por objeto a indústria e o comércio de bens de capital em geral, de máquinas-ferramenta, de máquinas para plásticos, de equipamentos e acessórios industriais, de ferramentas, partes e peças em geral; a análise de sistemas e a elaboração de programas para processamento de dados quando ligados à produção, comercialização e uso de máquinas-ferramenta e máquinas para plásticos; a indústria e o comércio de fundidos brutos e usinados; e a exportação e importação, representação por conta própria ou de terceiros e prestação de serviços relacionados com suas atividades, bem como a participação, como sócia, acionista ou cotista, em outras sociedades civis ou comerciais e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e no exterior, e a administração de bens próprios e de terceiros. O parque industrial da Companhia é formado por treze fábricas, em três estabelecimentos na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, no Estado de São Paulo, e um na cidade de Reutlingen, na Alemanha, sendo essa unidade de produção de centros de usinagem de grande porte para aplicações especiais, com alta precisão e produtividade. A Companhia ainda participa em controladas no Brasil e no exterior. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para divulgação em 31 de janeiro de 2023. Possíveis impactos relacionados ao conflito entre Rússia e Ucrânia: Em 24 de fevereiro de 2022, por questões político-econômicas, a Rússia invadiu um território ucraniano e iniciou um confronto armado contra essa nação. A partir desse momento, os Governantes, empresários e toda a população mundial passou a acompanhar o desenvolvimento desse conflito e avaliar impactos econômicos desencadeados. Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração da Companhia avaliou e, entende que não há impactos significativos em sua operação. A Administração avalia de forma constante o desdobramento do assunto com o objetivo de implementar medidas para mitigar qualquer impacto em suas operações. **2. BASE DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As práticas adotadas nas controladas são consistentes com as da controladora. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas considerando o custo histórico, como base valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 2.18. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022 que tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **2.2. Investimentos em empresas controladas - Consolidação:** (a) Controladora: Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o controle é adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras nas controladas são reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção de efeito de tradução destas empresas, as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "Ajustes de avaliação patrimonial". Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento. Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais são consideradas, e um passivo (provisão para patrimônio líquido negativo) é reconhecido somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da controlada. Do valor pago na aquisição, o montante que excede o valor justo do patrimônio líquido da adquirida na data da transação é tratado contabilmente como ágio por rentabilidade futura. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (Nota 2.10). Os dividendos recebidos de controladas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. (b) Consolidado: A Companhia consolida integralmente as demonstrações financeiras da Controladora e de todas as empresas controladas. As informações sobre controle estão descritas na nota 7 - Investimento em controladas. A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na conta de "Participação dos acionistas não controladores". As transações e saldos entre a Companhia e suas controladas são eliminados no processo de consolidação e eventuais ganhos e perdas decorrentes destas transações são igualmente eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia. **2.3. Conversão de moeda estrangeira e das demonstrações das controladas no exterior:** Os saldos de ativos e passivos da controladora e das controladas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária) são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado (receitas e despesas) são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações). As diferenças de efeito de tradução resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial". Ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento. (a) Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas localizadas no Brasil. A moeda funcional das controladas no exterior é determinada com base no ambiente econômico principal em que elas operam, sendo que quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, essas são convertidas para o Real (R$) na data do fechamento. (b) Transações e saldos: As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** i) Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. ii) Aplicações financeiras: As aplicações financeiras são compostas por fundos de investimentos com títulos lastreados em LTN, LFT e NTN, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **2.5. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a

ROMI

ROMI S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63

ROMI3 B3 LISTED NM

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

não seja mais provável. A despesa ou receita com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, são apresentados em separado, e não pelo líquido. **2.13. Benefícios a empregados:** A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e de aposentadoria (contribuição definida), assistência médica, odontológica e participação nos lucros. O plano de aposentadoria pós-emprego caracteriza-se na modalidade de plano de contribuição definida, sobre o qual a Companhia não tem nenhuma obrigação legal caso o plano não possua ativos suficientes para o pagamento dos benefícios obtidos pelos funcionários como resultado de serviços passados prestados. As contribuições ao plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa quando efetivamente incorridas, ou seja, no momento da prestação de serviços dos empregados à Companhia (Nota 18). **2.14. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Não há ações preferenciais. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.15. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **2.16. Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas. (a) Venda de produtos: A receita de contrato com cliente é reconhecida quando a obrigação de performance é satisfeita. A Companhia conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. Máquinas Romi e Máquinas B+W: Nesses contratos geralmente se espera que a principal obrigação de desempenho seja a entrega das máquinas. A distinção de outras obrigações de desempenho tais como a instalação/entrega técnica e treinamento são imateriais no contexto do contrato e, portanto, não possuem impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Fundidos e Usinados: Nesses contratos geralmente se espera que a venda de produtos seja a única obrigação de execução, de modo que a receita de venda de equipamentos é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega do item. (i) Contraprestação variável: Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens para o cliente. A contraprestação variável é estimada no início do contrato e restringida até que seja altamente provável que não ocorra estorno de parcela significativa de receita, no montante da receita acumulada reconhecida, quando a incerteza associada à contraprestação variável for posteriormente resolvida. Alguns contratos com clientes de Fundidos e Usinados oferecem direito a desconto futuro por incremento de volume/produtividade. (ii) Obrigações de garantia: A Companhia geralmente fornece garantias para reparos gerais e não fornece garantias estendidas em seus contratos com clientes. Assim, a maioria das garantias existentes será de garantias na modalidade de asseguração de acordo com a IFRS 15 e CPC 47, que continuará a ser contabilizada de acordo com a IAS 37 e CPC 25 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, de forma condizente com sua prática atual. (iii) Componente de financiamento: Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos de curto prazo de seus clientes. Utilizando o expediente prático contido no CPC 47, a Companhia não ajusta o valor prometido de contraprestação para efeito de um componente de financiamento significativo se tem a expectativa, no início do contrato, de que o período entre a transferência da máquina para o cliente e o momento em que o cliente paga por este bem será de um ano ou menos. Adicionalmente, a Companhia identificou que na comercialização de máquinas seminovas, há componente de financiamento pois esta operação é financiada ao cliente final com recursos próprios da Companhia e o custo financeiro está inserido no valor de venda da máquina vendida. O preço de transação para estes contratos é descontado, utilizando a taxa que estaria refletida em uma transação de financiamento separada entre a Companhia e seus clientes no início do contrato, de modo a levar em consideração o componente de financiamento significativo. (iv) Contraprestação não monetária: A Companhia recebeu máquinas usadas de alguns clientes como parte de pagamento na compra de máquinas novas. O valor justo desta contraprestação não monetária recebida do cliente é incluído no preço da transação e mensurado quando a Companhia obtém o controle dos equipamentos. A Companhia aplica os requisitos do CPC 46 - Mensuração do Valor Justo na apuração do valor justo da contraprestação não monetária. (b) Venda de lotes (próprios): A Companhia por meio de sua subsidiária integral Rominor Empreendimentos Imobiliários S.A. • ("Rominor Empreendimentos") é uma entidade de incorporação de empreendimentos imobiliários, criada com o objetivo de realizar empreendimentos imobiliários em imóveis próprios da Companhia, tendo em vista que o seu patrimônio imobiliário de ativos é considerado propriedades para investimentos e/ou estoque. No modelo de venda de lotes sob contratos com parceiros, em linha com as orientações da CVM, a Companhia julga que o controle do terreno é passado diretamente da "Rominor Empreendimentos" ao comprador do lote no momento da assinatura do contrato de compra e venda. Dessa forma, para aqueles projetos ainda em desenvolvimento, após a assinatura do contrato de compra e venda, a contabilização é da venda pela Companhia das benfeitorias alocadas àquele lote diretamente para o comprador do lote e a receita dessa venda é registrada pelo método de percentual de performance incorrido, na rubrica "Outras receitas operacionais, líquidas". A Companhia adotou o CPC 47/ IFRS 15 - "Receitas de Contratos com Clientes", com base nas orientações contidas no Ofício circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, o qual estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação de certos tipos de transações oriundas de contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, adotando-se para o reconhecimento da receita o critério "*over time*". A entidade deve reconhecer receitas quando (ou à medida que) a entidade satisfizer à obrigação de performance ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente, vinculado ao progresso físico da obra. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo. Os montantes das receitas de vendas reconhecidos que sejam superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes, são registrados em ativo circulante ou ativo não circulante na rubrica "Contas a receber". Os montantes recebidos com relação à venda de lotes que sejam superiores aos valores reconhecidos de receitas, são contabilizados na rubrica "Adiantamento de clientes". Os tributos incidentes sobre a diferença entre a receita incorrida de incorporação imobiliária e a receita acumulada submetida à tributação são calculados e refletidos contabilmente por ocasião do reconhecimento dessa diferença de receita. (c) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.17. Provisões:** As provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente (legal ou não formalizada), é provável que haja uma saída de recursos e o valor da obrigação possa ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados à obrigação. Quando a provisão é mensurada usando o fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação presente, o seu valor é determinado através do valor presente desses fluxos de caixa. Quando o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão é esperado ser recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo quando o reembolso é virtualmente certo e o montante possa ser estimado com segurança. **2.18. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** O processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, opiniões formais de especialistas, quando aplicável, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (a) Vida útil de ativos de longa duração: a administração realiza revisão da vida útil dos principais ativos com vida útil definida anualmente. (b) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa e ativos de vida útil indefinida: anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (impairment) dos ativos de vida útil indefinida e, quando necessário, realiza eventuais perdas (impairment) dos ativos de vida útil definida. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 2.10). (c) Realização e obsolescência dos estoques: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 2.6. (d) Análise do risco de crédito para determinação da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 2.5 (i) (f). (e) Imposto de renda diferido ativo sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (Nota 2.12), assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências advindas de processos administrativos e judiciais (Nota 2.17). (f) Análise dos demais riscos para determinação de provisões, inclusive contingências. Provisões são constituídas para todas as contingências para as quais seja provável uma saída de recursos para sua liquidação. A avaliação da probabilidade de perdas inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos e de especialistas, quando aplicável. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente. **2.19. Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 - Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. **2.20. Normas e interpretação novas e revisadas:** CPCs/IFRSs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas: Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. *Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture:* As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou joint venture contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou joint venture. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou joint venture contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou joint venture. A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações. Os diretores da Companhia esperam que a adoção dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo no futuro caso essas transações ocorram. *Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes:* As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. As alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada. O IASB está atualmente considerando novas alterações nos requisitos da IAS 1 sobre classificação de passivos como circulante ou não circulante, incluindo o adiamento da aplicação das alterações de janeiro de 2020. *Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) e Declaração da Prática 2 da IFRS - Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis:* As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio na IAS 1 também foram alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são relevantes por si só. O IASB preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do "processo de materialidade em quatro passos" descrito na Declaração Prática 2 da IFRS. As alterações à IAS 1 são aplicáveis prospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à Declaração Prática 2 da IFRS não apresentam uma data de vigência ou exigências de transição. *Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) - Definição de Estimativas Contábeis:* A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. No entanto, o Board manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos: • Uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro. • Os efeitos da mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores. O IASB acrescentou dois exemplos (Exemplos 4-5) na Orientação sobre a implementação da IAS 8, que acompanha a Norma. O IASB excluiu um exemplo (Exemplo 3) uma vez que poderia causar confusão à luz das alterações. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 com relação a mudanças nas políticas contábeis e mudanças nas estimativas contábeis ocorridas em ou após o início daquele período, sendo permitida a adoção antecipada. *Alterações à IAS 12 - Tributos sobre o Lucro (CPC 32) - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação:* As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode ocorrer no reconhecimento do passivo de arrendamento e correspondente ativo de direito de uso aplicando a IFRS 16 na data de início do arrendamento. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. O IASB acrescenta ainda um exemplo ilustrativo na IAS 12 que explica como as alterações são aplicadas. As alterações são aplicáveis a transações ocorridas no ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Adicionalmente, no início do primeiro período comparativo, a entidade reconhece: • Um ativo fiscal diferido (quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas aos: – Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento. – Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares e valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do respectivo ativo. • O efeito acumulado da aplicação inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) naquela data. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida adoção antecipada. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. **2.21. Apresentação de informações por segmentos:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Conselho de Administração, responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e pela tomada das decisões estratégicas da Companhia (Nota 21). **2.22. Demonstração dos fluxos de caixa:** A Companhia classifica o pagamento de juros e variações monetárias sobre empréstimos e debêntures, e o recebimento de dividendos como atividades de financiamento e investimentos, respectivamente, em seu fluxo de caixa. Tal classificação foi adotada por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros e de retorno sobre investimentos, em linha com o disposto no item 33 do CPC 03 (R2). **2.23. ICPC 22 (IFRIC23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro:** Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, a IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo e avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Caixa e depósitos em conta corrente	8.327	4.272	49.254	52.276
Certificado de depósito bancário "CDB" (a)	13.048	23.712	82.458	47.572
Outros	287	63	287	63
Total de caixa e equivalente de caixa	21.662	28.047	131.999	99.911
Aplicações financeiras lastreadas por debêntures (a)	76.157	24.400	76.157	24.400
Fundos de investimento DI e renda fixa (b)	42.657	50.386	42.657	50.386
Total de títulos mantidos para negociação	118.814	74.786	118.814	74.786

(a) Essas aplicações financeiras possuem rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI. (b) São compostas por fundos de investimentos com títulos lastreados em LTN e NTN. **4. CONTAS A RECEBER:** O contas a receber de clientes está registrado pelos seus custos amortizados, os quais se aproximam de seus valores justos. O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo circulante em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante				
Clientes no país (Brasil)	133.308	106.984	147.549	109.169
Clientes no exterior	19.085	18.186	133.173	134.697
Estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa	(934)	(1.296)	(5.399)	(5.914)
	151.459	123.874	275.323	237.952
Não circulante				
Clientes no país (Brasil)	2.506	7.248	15.530	7.895
Clientes no exterior	7.803	6.801	13.500	13.429
Estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa	(459)	(610)	(459)	(610)
	9.850	13.439	28.571	20.714

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Valores a vencer	124.779	103.816	230.061	197.743
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	14.810	11.303	25.810	21.507
De 31 a 60 dias	944	2.376	2.359	3.612
De 61 a 90 dias	2.392	724	4.306	3.894
De 91 a 180 dias	2.933	2.060	6.584	5.031
De 181 a 360 dias	2.520	1.605	2.785	1.678
Mais de 360 dias	4.015	3.286	8.817	10.401
	27.614	21.354	50.661	46.123
Total	152.393	125.170	280.722	243.866
Estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa	(934)	(1.296)	(5.399)	(5.914)
Total circulante	151.459	123.874	275.323	237.952

Em 31 de dezembro de 2022, contas a receber de clientes líquido da PECLD no valor de R$26.680 (2021 - R$20.058 - Controladora) e R$45.262 (2021 - R$40.209 - Consolidado) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência ou para os quais a Companhia possui garantias reais. O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2022, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

	Controladora	Consolidado
Valores a vencer:		
2024	7.169	21.189
2025	2.706	7.315
2026 e após	434	526
Estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa	(459)	(459)
Total - não circulante	9.850	28.571

A movimentação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro 2021	1.906	1.763	6.524	6.829
Créditos reconhecidos no exercício	–	1.668	304	1621
Créditos baixados definitivamente da posição	(513)	(1.525)	(513)	(1.525)
Variação cambial	–	–	(457)	(401)
Saldo em 31 de dezembro 2022	1.393	1.906	5.858	6.524

As perdas para créditos de liquidação duvidosa são estimadas e constituídas com base na análise individualizada de cada cliente, sendo que para as transações em que há garantias reais, o valor da perda é calculado entre o valor realizável líquido e o valor do recebível da garantia real. A constituição e a baixa das perdas estimadas para contas a receber impaired foram registradas no resultado do exercício como "Despesas gerais e administrativas".

5. VALORES A RECEBER - REPASSE FINAME FABRICANTE:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante:		
FINAME a vencer	152.287	143.370
FINAME aguardando liberação (a)	1.968	806
FINAME em atraso (b)	13.999	14.224
	168.254	158.400
Estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa	(5.261)	(5.625)
	162.993	152.775
Não circulante:		
FINAME a vencer	237.515	218.059
FINAME aguardando liberação (a)	8.915	3.455
	246.430	221.514
Estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa	(2.585)	(2.648)
	243.845	218.866
Total	406.838	371.641

Os valores a receber - repasse FINAME Fabricante - são provenientes das vendas financiadas com recursos obtidos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Nota 14), e estão registrados pelos seus custos amortizados, os quais se aproximam de seus valores justos. FINAME fabricante refere-se a recursos especificamente vinculados a operações de venda com prazos de até 60 meses, incluindo carência de até 6 meses, obedecendo às condições previamente estabelecidas pelo BNDES à época do financiamento. Adicionalmente, consideram-se para definição das condições de financiamento as características do cliente. Os recursos são liberados pelo BNDES mediante a identificação do cliente e da venda, e o enquadramento do cliente às condições da Circular nº 195, de 28 de julho de 2006, emitida pelo BNDES, através de agente financeiro, com a formalização de um contrato de financiamento em nome da Companhia e anuência do cliente a ser financiado. As condições de valores, prazos e encargos da operação são integralmente refletidas nos valores a receber pela Companhia a serem repassados ao banco interveniente do contrato do qual a Companhia é a devedora. A Companhia possui reserva de domínio do equipamento objeto da venda até a liquidação final da obrigação pelo cliente. A diferença entre os valores a receber e os valores de repasse FINAME Fabricante (passivo) - é representada por: (a) FINAME aguardando liberação: refere-se a operações que já foram caracterizadas e aprovadas pelas partes envolvidas, incluindo a preparação da documentação, a emissão da nota fiscal de venda e a entrega da mercadoria ao cliente. O crédito dos respectivos recursos em conta corrente da Companhia pelo banco agente estava pendente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em virtude dos prazos normais operacionais do banco agente. (b) FINAME em atraso: refere-se a valores a receber não quitados pelos clientes na data de vencimento. A Companhia registra estimativa de perda para eventual não realização desse saldo no montante correspondente à diferença entre o valor esperado de alienação da máquina recuperada, como resultado da execução da cláusula de reserva de domínio das máquinas vendidas (garantia real), e o valor do contas a receber do cliente inadimplente. Para os casos em que a garantia real não é localizada, é constituída provisão integral para perda sobre o saldo das contas a receber.

As máquinas apreendidas como parte do processo de execução são registradas ao valor contábil, o qual não supera o seu valor de mercado, na rubrica de "Outros créditos", aguardando a decisão final da justiça, quando então são reintegradas e transferidas para o grupo de estoques. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de máquinas apreendidas, incluído na rubrica de outros créditos, apresentava, na controladora e no consolidado, o montante de R$78 (R$169 em 31 de dezembro de 2021) no ativo circulante, e R$7.502 (R$4.690 em 31 de dezembro de 2021) no ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os valores a receber - repasse FINAME fabricante, controladora e consolidado, classificados no ativo circulante, estavam distribuídos como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Valores a vencer	154.255	144.176
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	1.729	1.522
De 31 a 60 dias	565	840
De 61 a 90 dias	544	538
De 91 a 180 dias	1.216	1.283
De 181 a 360 dias	1.423	1.141
Mais de 360 dias	8.522	8.900
	13.999	14.224
Total - Circulante	168.254	158.400

A expectativa de realização dos valores a receber - repasse FINAME Fabricante, controladora e consolidado, classificados no ativo não circulante, é como segue:

	Controladora e Consolidado
Valores a vencer:	
2024	127.146
2025	79.789
2026	36.979
2027 e após	2.516
Total - não circulante	246.430

A movimentação das estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	8.273
Créditos reconhecidos (ou baixados) no exercício	(427)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.846

As perdas para créditos de liquidação duvidosa são estimadas e constituídas com base na análise individualizada de cada cliente, sendo que para as transações em que há garantias reais, o valor da perda é calculado entre o valor realizável líquido e o valor do recebível da garantia real. A constituição e a baixa das perdas estimadas para os créditos de liquidação duvidosas foram registradas no resultado do exercício como "Despesas gerais e administrativas".

6. ESTOQUES:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Produtos acabados	32.757	25.891	78.854	68.093
Máquinas usadas	1.145	5.002	1.145	5.002
Produtos em elaboração	146.052	117.620	173.546	139.514
Matéria-prima e componentes	305.950	265.902	363.812	301.530
Importações em andamento	15.764	16.761	23.440	22.559
Total	501.668	431.176	640.797	536.699

Os saldos de estoques, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2022, estão líquidos das perdas para realização dos estoques de baixa movimentação e com perspectivas remotas de realização por venda ou utilização, nos montantes de R$22.485 e R$37.197 (R$22.623 e R$33.592 em 31 de dezembro de 2021), respectivamente. A movimentação das perdas para realização dos estoques ao valor realizável líquido está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º janeiro de 2022	22.623	33.592
Estoques vendidos ou baixados	(12.209)	(12.651)
Perdas reconhecidas	10.346	10.338
Variação cambial	–	(2.028)
Transferência de perda advinda de máquinas apreendidas no exercício	1.725	1.725
Saldo em 31 de dezembro de 2022	22.485	30.976

A composição das perdas para realização dos estoques por classe de estoque está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Produtos acabados	975	1.266	2.970	3.869
Máquinas usadas	952	2.220	952	2.220
Produtos em elaboração	5.921	5.249	5.921	5.249
Matéria-prima e componentes	14.637	13.888	21.134	22.254
Total	22.485	22.623	30.976	33.592

7. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS: A lista a seguir apresenta as participações societárias que a Companhia possui em suas subsidiárias:

		Percentual de participação				
		31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021	
		Direta	Indireta	Não Controladores	Direta	Indireta	Não Controladores
1.	Romi Itália S.r.l. ("Romi Itália")	99,99	0,01	–	99,99	0,01	–
1.1	Romi Machines UK Ltd.	–	100,00	–	–	100,00	–
1.2	Romi France SAS	–	100,00	–	–	100,00	–
1.3	Romi Máquinas España S.A.	–	100,00	–	–	100,00	–
2.	Romi Europa GmbH ("Romi Europa")	100,00	–	–	100,00	–	–
2.1	Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W")	–	100,00	–	–	100,00	–
2.1.1	Burkhardt + Weber/Romi (Shangai) Co., Ltd.	–	100,00	–	–	100,00	–
3.	Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Rominor Comércio")	93,07	–	6,93	93,07	–	6,93
4.	Romi BW Machine Tools, Ltd.	100,00	–	–	100,00	–	–
5.	Rominor Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Rominor Empreendimentos")	100,00	–	–	100,00	–	–
6.	Romi A.L. S.A. ("Romi A.L.")	100,00	–	–	100,00	–	–
7.	Irsa Maquinas México S. de R. L. de C.V.	99,99	–	0,01	99,99	0,01	–
8.	Prodz Administração e Gestão de Bens Ltda.	100,00	–	–	100,00	–	–

A lista a seguir apresenta as localidades e objetivos principais das subsidiárias:

	Controlada	País	Objetivo principal
1.	Romi Itália S.r.l. ("Romi Itália")	Itália	Comercialização de máquinas para plásticos e máquinas-ferramenta, peças de reposição e assistência técnica.
1.1	Romi Machines UK Ltd.	Inglaterra	
1.2	Romi France SAS	França	
1.3	Romi Máquinas España S.A.	Espanha	
2.	Romi Europ

ROMI

ROMI S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63

ROMI3 B3 LISTED NM

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

tributários"): Em 20 de março de 2019, a Companhia ingressou com Mandado de Segurança na qual busca a recuperação de tributos que julga ter pago indevidamente nos últimos cinco anos, em razão da não incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à atualização monetária e juros de mora na restituição e ressarcimento de créditos tributários. Tal matéria foi submetida ao rito de repercussão geral em 24 de setembro de 2021, onde ao julgar o recurso extraordinário número 1.063.187, o Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, decidiu pela não incidência do IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à atualização monetária e juros na restituição e ressarcimento de créditos tributários, conforme transcrito a seguir: "É inconstitucional a incidência de IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário". A Administração realizou a análise do referido processo à luz do arcabouço contábil vigente, sendo dois principais pronunciamentos analisados: (i) ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro; e (ii) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As análises levaram em consideração a opinião da Administração e dos especialistas tributários. Após diversas análises e discussões, conclui-se que, o ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro seria o pronunciamento mais aplicável a essa situação em específico, pois a matéria trata especificamente de IRPJ e CSLL, ou seja, tributos sobre o lucro. Tal pronunciamento requer que a Companhia avalie se é "mais provável do que não" que o tratamento fiscal adotado será aceito pelas autoridades tributárias. Considerando-se tratar de uma ação judicial com rito de repercussão geral, aplicada a todos os demais processos que venham a ser julgados, o histórico recente de modulações do STF e a Companhia possuir ação judicial ajuizada antes da referida decisão judicial do STF, a Administração concluiu que é mais provável que não que a Companhia possui o direito sobre este crédito na data de aprovação e emissão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de 30 de setembro de 2021 e, esta conclusão está de acordo com a opinião de nossos assessores jurídicos, dessa forma o reconhecimento desse crédito tributário foi realizado para o período findo em 30 de setembro de 2021. Os efeitos dos reconhecimentos representaram os seguintes impactos nas demonstrações dos resultados do terceiro trimestre de 2021: (i) receitas financeiras: R$2,1 milhões; e (ii) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente: R$42,9 milhões. Por fim, a ação judicial da Companhia encontra-se sobrestada desde 30 de março de 2021 até a presente data, junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia reavaliou e concluiu que não há fatos ou fatores que mudem a conclusão anteriormente alcançada no momento da emissão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de 30 de setembro de 2021. **10. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO:** Em 2012 a Administração da Companhia decidiu, com base nas perspectivas de expansão das suas atividades no curto e médio prazo, classificar parte das propriedades na rubrica de "Propriedade para Investimento", mantendo-as com o objetivo de valorização de capital. Os montantes classificados em propriedade para investimento são de R$13.500 (R$13.500 - em 31 de dezembro de 2021) na controladora e R$15.251 (R$16.621 - em 31 de dezembro de 2021) no consolidado. As propriedades para investimento estão avaliadas ao custo histórico, e para fins de divulgação do seu valor justo a Companhia contratou avaliador independente, que através da aplicação de metodologia definida pelo Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, o qual também utiliza evidências no mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve alteração relevante no valor justo dessas propriedades, reduzido de eventuais custos de transação, no montante de R$110.661 (R$110.661 em 31 de dezembro de 2021) na controladora e R$126.318 (R$188.606 em 31 de dezembro de 2021) no consolidado. (i) Em 31 de março de 2022, por meio de sua subsidiária integral Rominor Empreendimentos Imobiliários S.A., celebrou a Venda de Imóvel com terceiros, cujo objetivo foi "Terreno localizado Rua Dona Margarida", com área total de 4.103 m³, subdividido em 9 terrenos com valor médio por m² de R$ 700,00 na cidade de Santa Bárbara D'Oeste. O resultado da venda referente a 6 terrenos no primeiro trimestre foi classificado na linha de receita operacional, com impacto de R$2.985 no resultado operacional líquido e R$2.613 no lucro líquido. No segundo trimestre, o resultado das vendas referentes aos 3 terrenos remanescentes foi de R$1.155 no resultado operacional líquido e R$1.079 no lucro líquido. (ii) Em abril de 2022, por meio da controlada Rominor Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Rominor Empreendimentos") houve o lançamento do loteamento fechado Vila Romi Residence, que conta com 352 lotes entre 300m² e 884m², cuja previsão de entrega e conclusão do empreendimento é 2024. Até o presente momento, as vendas estão indicando o Valor Geral de Vendas ("VGV") total estimado em cerca de R$137.000 se mostrou adequado. A participação da Rominor Empreendimentos, subsidiária integral da Companhia nesse empreendimento é de 50% do VGV. Até a data destas demonstrações financeiras, a controlada "Rominor Empreendimentos" havia registrado o montante de aproximadamente R$19.200 como adiantamento de clientes relativos à sua participação no loteamento. A Administração analisou as normas contábeis CPC47 - Reconhecimento de Receitas e as normas de CVM aplicáveis e, entendeu que, para o reconhecimento de toda a receita do empreendimento Vila Romi Residence, deve ser aplicado a metodologia Percentage of Completion ("POC"). Para a posição de 31 de dezembro de 2022, o percentual de conclusão das obras era de 19,08% conforme relatório de medição de obras, com impacto na rubrica de "Outras receitas operacionais, líquidas" no montante de R$13.935. (iii) Em 11 de outubro de 2022, por meio de sua subsidiária Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. "Rominor Comércio", celebrou a venda de imóvel com terceiros, cujo objeto foi o terreno localizado na Avenida Bandeirantes, Lote 07, com área total de 24.159 m², em Santa Bárbara d'Oeste, no valor bruto de R$10.500. O resultado da venda no quarto trimestre de 2022 foi classificado na linha de "Outras receitas operacionais, líquidas", no montante de R$8.943. **11. IMOBILIZADO:** A movimentação do imobilizado, controladora e consolidado, está apresentada a seguir:

							Controladora	
	Terrenos	Prédios e pátios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Tecnologia da informação	Obras em andamento	Total
Custo do imobilizado bruto								
Saldo em 1º de janeiro de 2021	3.997	203.749	327.987	9.484	4.091	29.577	6.405	585.208
Adições	–	2.008	25.202	599	523	880	61.596	90.807
Baixas	–	–	(4.390)	(11)	(40)	(13)	–	(4.454)
Transferências	–	4.401	39.816	–	–	–	(44.217)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.997	210.158	388.615	10.072	4.574	30.444	23.784	671.562
Adições	–	1.555	59.044	1.219	189	3.036	60.220	125.263
Baixas	–	(16)	(14.451)	(197)	(83)	(4.513)	(3.621)	(22.881)
Transferências	–	4.338	55.329	1.065	–	8.649	(69.381)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.997	216.035	488.537	12.159	4.680	37.616	11.002	773.943
Depreciação acumulada								
Saldo em 1º de janeiro de 2021	–	117.067	218.243	7.946	3.466	26.297	–	373.020
Depreciação	–	6.130	17.876	277	270	960	–	25.513
Baixas	–	–	(2.110)	(11)	(40)	(10)	–	(2.171)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	–	123.197	234.009	8.212	3.696	27.247	–	396.362
Depreciação	–	6.203	23.006	326	280	6.662	–	36.477
Baixas			(4.746)	(196)	(83)	(253)	–	(5.279)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	–	129.400	252.269	8.342	3.893	33.656	–	427.560
Vidas úteis	–	25 e 10 anos	10 e 15 anos	10 anos	5 anos	5 anos	–	
Imobilizado líquido								
Saldo em 1º de janeiro de 2021	3.997	86.682	109.744	1.538	625	3.280	6.405	212.188
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.997	86.961	154.606	1.860	878	3.197	23.784	275.200
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.997	86.635	236.268	3.818	787	3.960	11.002	346.383

							Consolidado	
	Terrenos	Prédios e pátios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Tecnologia da informação	Obras em andamento	Total
Custo do imobilizado bruto								
Saldo em 1º de janeiro de 2021	33.473	272.537	368.677	25.197	11.955	35.975	12.352	760.083
Adições	–	6.521	25.347	2.787	2.296	1.784	61.585	100.321
Baixas	–	–	(4.390)	(11)	(40)	(13)	–	(4.454)
Transferências	–	4.401	39.816	(11)	103	(13)	(44.297)	–
Variação cambial	608	(5.270)	(1.002)	(310)	(2.164)	(612)	283	(8.467)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	34.081	278.189	428.449	27.652	12.150	37.121	29.923	847.483
Adições	–	5.027	62.896	2.710	3.564	2.144	55.856	132.197
Baixas	–	(16)	(18.022)	(197)	(83)	(2.032)	(6.102)	(26.452)
Lucro não realizado	–	–	(5.269)	–	–	–	–	(5.269)
Transferências	–	4.338	62.568	1.084			(67.990)	–
Variação cambial	(3.581)	(9.922)	(4.594)	(612)	(958)	(431)	4.789	(15.310)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	30.500	277.615	526.027	30.637	14.673	36.802	16.476	932.648
Depreciação acumulada								
Saldo em 1º de janeiro de 2021	–	135.064	252.430	18.566	8.511	30.766	–	445.337
Depreciação	–	9.183	19.608	2.312	903	2.027	–	34.034
Baixas	–	–	(2.110)	(20)	(40)	(10)	–	(2.180)
Variação cambial	–	(13)	(16)	(19)	3	(10)	–	(55)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	–	144.234	269.912	20.839	9.377	32.773	–	477.135
Depreciação	–	8.335	30.976	1.977	810	1.505		43.603
Baixas	–	–	(5.953)	(196)	(83)	(2.032)		(8.264)
Variação cambial	–	(31)	(24)	(37)	(3)	(6)		(101)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	–	152.538	294.912	22.583	10.100	32.240	–	512.373
Vidas úteis	–	25 e 10 anos	10 e 15 anos	10 anos	5 anos	5 anos	–	
Imobilizado líquido								
Saldo em 1º de janeiro de 2021	33.473	137.473	116.247	6.631	3.444	5.209	12.352	314.746
Saldo em 31 de dezembro de 2021	34.081	133.955	158.537	6.813	2.773	4.348	29.923	370.348
Saldo em 31 de dezembro de 2022	30.500	125.077	231.115	8.054	4.573	4.562	16.476	420.275

Em virtude de contratos de financiamento com o BNDES, o montante de R$189.699 em 31 de dezembro de 2022 (R$133.744 em 31 de dezembro de 2021) de bens do ativo imobilizado encontra-se gravado em garantia. Esses itens são representados, em sua totalidade, por terrenos, edificações, instalações, máquinas e equipamentos. O montante de R$36.477 (2021 - R$25.513) referente à despesa de depreciação, R$33.746 (2021 - R$22.871) foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos e serviços vendidos", R$1.000 (2021 - R$1.346) em "Despesas com vendas", R$1.456 (2021 - R$1.118) em "Despesas gerais e administrativas" e R$275 (2021 - R$178) em "Pesquisa e desenvolvimento" - Controladora. O montante de R$43.501 (2021 - R$34.034) referente à despesa de depreciação, R$36.802 (2021 - R$26.126) foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos e serviços vendidos", R$1.480 (2021 - R$8.217) em "Despesas com vendas", R$4.944 (2021 - R$2.547) em "Despesas gerais e administrativas" e R$275 (2021 - R$198) em "Pesquisa e desenvolvimento" - Consolidado. Dos investimentos realizados em 2022, as máquinas de fabricação própria da Companhia alocadas no negócio de locação de máquinas, uma nova solução lançada no terceiro trimestre de 2020, representaram o montante de R$64,9 milhões e R$11,3 milhões de depreciação. Desde o lançamento da solução, o valor residual total dos investimentos até 31 de dezembro de 2022 é de R$101,4 milhões, sendo a depreciação acumulada no mesmo exercício de R$14,6 milhões. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Administração da Companhia avaliou cada segmento de negócio (NE 21) e concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis. **12. INTANGÍVEL:** A movimentação do intangível, controladora e consolidado, está apresentada a seguir:

		Controladora					Consolidado	
Custo bruto	Tecnologia	Outros	Total	Tecnologia	Relacionamento com o cliente	Marca	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	540	6.312	6.852	36.758	27.244	33.581	7.672	105.525
Adições	23	268	291	2.523	–	–	268	2.791
Variação cambial	–	–	–	(559)	(277)	(299)	(38)	(1.135)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	563	6.580	7.143	38.723	26.967	33.282	7.902	106.873
Adições	–	73	73	178	–	–	73	252
Variação cambial			–	(3.089)	(938)	(1.955)	(179)	(6.161)
Baixas	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	563	6.653	7.216	35.812	26.029	31.327	7.796	100.964
Amortização acumulada								
Saldo em 1º de janeiro de 2021	280	5.476	5.756	17.312	10.042	–	7.112	34.466
Amortização	–	442	442	6.365	1.535	–	442	8.342
Variação cambial	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	280	5.918	6.198	23.677	11.577	–	7.554	42.808
Amortização	37	173	210	5.618	1.353	–	173	7.143
Saldo em 31 de dezembro de 2022	317	6.091	6.408	29.295	12.930	–	7.727	49.951
Vidas úteis	5 anos	5 anos		5 a 20 anos	20 anos	Indefinida	5 anos	
Intangível líquido								
Saldo em 1º de janeiro de 2021	260	836	1.096	19.446	17.202	33.581	560	70.789
Saldo em 31 de dezembro de 2021	283	662	945	15.046	15.390	33.282	348	64.065
Saldo em 31 de dezembro de 2022	246	562	808	6.517	13.099	31.327	69	51.012

Em 22 de dezembro de 2011, a Companhia aprovou a aquisição da totalidade das ações da B+W (Burkhardt + Weber Fertigungssysteme Gmbh) através de sua Controlada direta Romi Europa Gmbh. Diante disso, na data da compra foi efetuada a mensuração e alocação do preço de compra, com as seguintes naturezas e características: (a) Tecnologia: Refere-se ao "know-how" dos produtos e processos que são tecnologicamente viáveis, os quais garantem vantagens competitivas em relação à qualidade e eficiência do produto, com depreciação de 15 a 20 anos. (b) Carteira de clientes: Referem-se aos pedidos de compra de clientes em aberto na data da aquisição, totalmente depreciada em 31 de dezembro de 2021. (c) Relacionamento com o cliente: Refere-se aos direitos contratuais decorrentes de: (i) histórico de relacionamento com os clientes; (ii) probabilidade de ocorrência de novos negócios no futuro, com depreciação de 20 anos. (d) Marca: refere-se aos direitos de uso da marca B+W (Burkhardt + Weber Fertigunssysteme), que está relacionada a produtos de alta tecnologia, sem prazo definido de depreciação. De acordo com a avaliação da Administração com apoio de seus consultores, através da aplicação de procedimentos aplicáveis para mensuração da vida útil das marcas, concluiu-se que o prazo é indefinido e, portanto, a marca é testada anualmente para fins de "*impairment*" de acordo com as regras contábeis aplicáveis. O montante de R$210 (2021 - R$442) referente à despesa de amortização, R$11 (2021 - R$9) foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos e serviços vendidos", R$105 (2021 - R$277) em "Despesas gerais e administrativas" e R$94 (2021 - R$156) em "Pesquisa e desenvolvimento" - Controladora. O montante de R$7.143 (2021 - R$8.342) referente à despesa de amortização, R$11 (2021 - R$9) foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos e serviços vendidos", R$6.675 (2021 - R$7.800) em "Despesas com vendas", R$292 (2021 - R$341) em "Despesas gerais e administrativas" e R$164 (2021 - R$192) em "Pesquisa e desenvolvimento" - Consolidado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Administração da Companhia avaliou cada segmento de negócio (NE 21) e concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis.

13. FINANCIAMENTOS: A composição dos financiamentos, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Circulante		Não Circulante			Amortização		
Modalidade	2022	2021	2022	2021	Vencimento	do principal	Encargos financeiros	Garantia
Programa de Sustentação do Investimento - BNDES Inovação (b)	588	5.547	–	461	16/01/2023	Mensal	Taxa de até 4,00% a.a.	Alienação fiduciária de máquinas e hipoteca de imóveis e terrenos
FINAME diversos	469	596	37	481	15/01/2024	Mensal	Taxas 3,50% a 10,53% a.a. (com variação TJLP 365/366)	Alienação fiduciária da máquina financiada/Aval Rominor Comércio/Nota Promissória
Financiamento à Importação (FINIMP)	8.247	14.288	–	–	18/11/2022	Parcela única	Juros de 1,26% a.a. a 0,422% a.a.	
Financiamento à Importação (FINIMP)	–	7.923	–	2.922	13/12/2023	Parcela única	Juros de 1,85% a.a. a 1,07% a.a.	Aval Rominor Comércio
Financiamento à Importação (FINIMP)	2.561	–	–	–		Parcela única		
Financiamento à Exportação (NCE)	–	11.180	–	–	07/11/2022	Parcela única	Juros de 2,19% a.a. + CDI	Aval Rominor Comércio
Financiamento à Exportação (NCE)	11.089	28.892	54.226	58.754	01/03/2024	Parcela única	Juros de 2,89% a.a. a 0,77% a.a.	
Linha 4131	–	–	27.833	–	18/03/2024	Parcela única	Juros de 3,97% a.a. + CDI	Fiança Bancária
BNDES Exportação	–		55.959					
BNDES Exportação Linha 4.0	502	2.115	62.034	55.249	15/10/2024	Parcela única	Juros de 3,14% a.a. + IPCA	Alienação Fiduciária
Controladora	23.456	70.541	200.089	117.868				
B+W - Financiamento construção centro de tecnologia e administração - € (c)	–	–	7.690	9.410	30/06/2027	Trimestral	2,40% a.a.	Ativo imobilizado (Prédio)
B+W - Financiamento (Efeitos COVID-19) - € (d)	15.180	–	13.736	22.221	30/09/2023	Trimestral	2,00% a.a.	Ativo imobilizado (Prédio)
BNDES - EXIM	14.971		54.654		29/03/2026	Semestral	Euro: Juros 1,1% a.a. + 0,131415% a.a. Dólar: Juros 1,1% a.a. + 2,2661% a.a.	Aval Romi S.A.
Outros - capital de giro	107	191	–	–	–	–	–	
Consolidado	53.714	70.732	276.169	149.499				

A movimentação dos financiamentos, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

			Controladora			Consolidado
Saldo dos financiamentos em:	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
31 de dezembro de 2021	64.219	124.190	188.409	64.219	156.012	220.231
Novas captações	62.033	46.412	108.445	62.033	125.713	187.746
Pagamento do principal	(6.128)	(55.492)	(61.620)	(6.128)	(57.118)	(63.246)
Pagamentos de juros	(6.635)	(2.029)	(8.664)	(6.635)	(3.577)	(10.212)
Variação cambial e monetária (principal e juros)	–	(21.084)	(21.084)	–	(23.311)	(23.311)
Juros no final do exercício	15.872	2.187	18.059	15.872	2.803	18.675
Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro de 2022	129.361	94.184	223.545	129.361	200.522	329.883
Circulante	11.980	11.476	23.456	11.980	41.734	53.714
Não circulante	117.381	82.708	200.089	117.381	158.788	276.169
	129.361	94.183	223.545	129.361	200.522	329.883

(a) Em dezembro de 2014 foi autorizado à Diretoria da Companhia contratar um financiamento com o BNDES, no valor de R$35.631, com as finalidades de desenvolvimento de novos produtos e produção de protótipos nacionais nos anos 2015 e 2016, com taxa de 4,00% a.a., com carência de 23 meses e prazo de pagamento de 96 meses (incluindo a carência). Nesse contrato foi constituída uma cláusula de obrigações contratuais que se refere à constituição dos seguintes covenants: (i) Índice Financeiro Consolidado Auditado: (Patrimônio Líquido/Ativo Total) maior ou igual a 0,40. (ii) Índice Financeiro Consolidado Auditado: (Dívida Total Líquida/Passivo Total) menor ou igual a 0,25. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia cumpriu com todas as cláusulas restritivas do item acima. (b) Em 5 de julho de 2012, Burkhardt + Weber firmou Contrato de Financiamento com o Commerzbank em Reutlingen (Alemanha) no montante de R$9.410 (equivalente a € 3,6 milhões), o qual é suportado pelo KfW Bank (Kredit-anstalt für Wiederaufbau), com vencimentos trimestrais iniciando-se em 30 de setembro de 2014, encerrando-se em 30 de junho de 2027 (15 anos). O montante liberado é destinado exclusivamente para construção das instalações destinadas à pesquisa e desenvolvimento e atividades suporte, como suprimentos e vendas. O financiamento tem carência de 24 meses, e juros fixos de 2,4% ao ano são devidos trimestralmente, inclusive durante o período de carência. Não existem cláusulas de cumprimento de índices financeiros. (c) Em 28 de abril de 2020 foi autorizado a contratação pela Companhia junto ao BNDES da Linha de Financiamento Exim Pré-embarque, objetivando o financiamento da produção da Companhia destinada à exportação, nos termos da Decisão nº CCOp 30/2020 - BNDES, com as seguintes condições: (i) valor equivalente em reais a US$10.000.000,00 (dez milhões de dólares), (ii) prazo de 48 meses, (iii) custo financeiro de 3,4% a.a. acrescido de IPCA, e (iv) garantia através de hipoteca em 6º grau dos imóveis objeto das matrículas nº 34.310 e nº 69.544 do Oficial de Registro de Imóveis de Santa Bárbara d'Oeste, SP, de propriedade da Companhia. Neste contrato foi constituído uma cláusula de obrigações contratuais que se refere à constituição de covenant: (iii) Índice Financeiro Consolidado Auditado: (Dívida Total Líquida/EBITDA) menor ou igual a 3,75. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia cumpriu com a cláusula restritiva do item acima. (d) Em 3 de julho de 2020, Burkhardt + Weber firmou Contrato de Financiamento com o Commerzbank, Kreissparkasse e Baden-Württembergische Bank (Alemanha) no montante atual de R$22.221 (equivalente a € 3,3 milhões), dividido igualmente entre os bancos mencionados, o qual é suportado pelo KfW Bank (Kredit-anstalt für Wiederaufbau), com vencimentos trimestrais iniciando-se em 30 de dezembro de 2022, encerrando-se em 30 de setembro de 2023. O montante liberado é destinado ao financiamento do capital de giro da operação, especialmente devido aos efeitos da COVID-19. O financiamento tem carência de 30 meses, e juros fixos de 2,0% ao ano são devidos trimestralmente, inclusive durante o período de carência. Durante o período de vigência do contrato, a Burkhardt + Weber não pode distribuir dividendos ou quitar mútuos que estavam em aberto no momento da assinatura do contrato. Não existem cláusulas de cumprimento de índices financeiros. (e) Em 29 de março de 2022 foi contratada pela Companhia junto ao Sistema BNDES da Linha de Financiamento BNDES Exim Pós-embarque Bens (Modalidade Supplier Credit), objetivando o financiamento da produção da Companhia destinada à exportação para suas subsidiárias (ou outros importadores a serem definidos pela Companhia), nos termos das Decisões CCOp_06/2022 - FINAME e CCOp_20/2022 - BNDES, nos valores equivalente a até (i) US$8.000.000,00 (oito milhões de dólares) ao custo financeiro da taxa LIBOR fixada em 2,2661% a.a., acrescido de 1,1% a.a. de spread e de 0,5% flat descontado na liberação do recurso, e (ii) € 10.000.000,00 (dez milhões de euros) ao custo financeiro proveniente da "Euro Area Yield Curve" fixado em 0,131415% a.a., acrescido de 1,1% a.a. de spread e de 0,5% flat descontado na liberação do recurso, ambos com (a) prazo de 4 anos, com pagamentos semestrais e vencimento da primeira parcela de principal no 12º (décimo segundo) mês a contar da data do embarque ou consolidação de embarques, e (b) garantia fidejussória pela Companhia, para a totalidade da dívida, por meio de endosso (ou cessão de crédito), com direito de regresso em favor do BNDES ou FINAME, conforme aplicável, nos títulos de crédito representativos do pagamento das exportações. Nesse contrato foi constituído uma cláusula de obrigações contratuais que se refere à constituição dos seguintes covenants: (i) Índice Financeiro Consolidado Auditado: (Dívida Líquida/EBITDA) menor ou igual a 3,75, apurado pelo resultado consolidado acumulado nos últimos 12 meses a partir da última Demonstração Financeira Padronizada ou última Informação Trimestral. (f) Em dezembro de 2022 foi contratada pela Companhia junto ao Sistema BNDES da Linha de Financiamento BNDES Exim Pré-embarque para bens credenciados 4.0, objetivando o financiamento da produção da Companhia destinada à exportação, no valor equivalente a até US$11.600.000,00 (onze milhões e seiscentos mil dólares norte-americanos), ao custo financeiro da taxa SELIC, acrescida de 0,75% a.a., com prazo de 5 anos e vencimento da primeira parcela de principal no 12º mês a contar da assinatura do contrato da operação a ser celebrado entre a Companhia e o BNDES. Nesse contrato foi constituído uma cláusula de obrigações contratuais que se refere à constituição dos seguintes covenants: (i) Índice Financeiro Consolidado Auditado: (Dívida Líquida/EBITDA) menor ou igual a 3,75, apurado pelo resultado consolidado acumulado nos últimos 12 meses a partir da última Demonstração Financeira Padronizada ou última Informação Trimestral. Os vencimentos dos financiamentos registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2022, controladora e consolidado, são como segue:

	Controladora	Consolidado
2024	113.991	134.938
2025 e após	86.098	141.231
Total	200.089	276.169

14. FINANCIAMENTOS - FINAME FABRICANTE:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante:		
FINAME Fabricante	154.076	142.830
Não Circulante:		
FINAME Fabricante	237.055	219.104
Total	391.131	361.934

Os contratos de financiamento FINAME fabricante são garantidos por notas promissórias e avais, sendo a principal garantidora a controlada Rominor Comércio, e os saldos são diretamente relacionados com os saldos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME fabricante" (Nota 5), tendo em vista que as operações de financiamento são diretamente vinculadas às vendas a clientes específicos. As condições contratuais relacionadas aos valores, encargos e prazos financiados no programa são integralmente repassadas aos clientes financiados e os recebimentos mensais oriundos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME fabricante" são integralmente utilizados para as amortizações dos contratos de financiamento vinculados. A Companhia atua, portanto, como repassadora dos recursos aos bancos intervenientes das operações de financiamento, porém permanece como a principal devedora dessa operação. Os saldos da rubrica "Financiamentos - FINAME fabricante" e, consequentemente os da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME fabricante" em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estavam atualizados e corrigidos monetariamente até as datas de encerramento das demonstrações financeiras. A diferença entre esses saldos no montante de R$15.707 em 31 de dezembro de 2022 (R$9.707 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a duplicatas em atraso, renegociações em andamento por atraso e operações ainda não liberadas pelo banco agente. A Administração entende não existirem riscos de realização desses montantes a receber, além de montante de perdas para créditos de liquidação duvidosa já registrados, tendo em vista que os valores possuem garantia real das próprias máquinas comercializadas. Os vencimentos de FINAME fabricante registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2022, controladora e consolidado, são como seguem:

	Controladora e Consolidado
2023	123.825
2024	76.581
2025	34.283
2026 e após	2.366
Total	237.055

15. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS: A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda provável, conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Fiscais	–	8
Cíveis	1.835	674
Trabalhistas	1.118	1.110
Total	2.953	1.792
Passivo circulante	2.683	1.445
Passivo não circulante	270	347
	2.953	1.792

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou as ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Fiscais:		
Excesso de IRPJ e CSLL s/ JCP - (a) (ii)	35.164	34.412
Glosa de créditos PIS e COFINS (f)	11.547	11.144
Crédito de contribuição previdenciária s/ pagamento de lucro aos Administradores	3.732	3.506
Saldo negativo IRPJ e CSLL	2.540	2.511
Glosa de créditos IPI	6.203	5.936
Multa isolada - Compensação não Homologada	677	531
Glosa de créditos - REINTEGRA	–	125
Pagamento IRRF Duplicidade	2.986	2.849
Crédito de ICMS	128	128
Cíveis:		
Perdas e danos	11.664	9.093
Trabalhistas	3.347	2.328
Total Controladora	77.988	72.563
Processo em subsidiárias:		
Trabalhistas	–	63
Irregularidades na rescisão do contrato	–	379
Total Controladora e Consolidado	77.988	73.005

Para os processos cujas perdas foram classificadas como prováveis e obrigações legais em discussão judicial de inconstitucionalidade, a Administração registrou provisão para passivos eventuais e contas a pagar, cuja movimentação no exercício está demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2021	Adições	Utilizações/ pagamentos/ reversões	Atualização monetária e Variação cambial	31 de dezembro de 2022
Fiscais	8	–	(9)	1	–
Cíveis	674	1.185	(12)	(13)	1.835
Trabalhistas	1.110	248	(386)	146	1.118
Total Controladora	1.792	1.433	(407)	134	2.953
Total Controladora e Consolidado	1.792	1.433	(407)	134	2.953

Em 31 de dezembro de 2022 a natureza das principais causas, classificadas pela Administração com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco provável de perda, ou que constituem uma obrigação legal, é como segue: (a) Processos fiscais passivos: Corresponde a obrigações legais relativas a: (i) Em 31 de dezembro de 2018 os saldos de PIS e COFINS sobre ICMS de vendas eram de R$10.322 e R$47.543, respectivamente. Em 24 de outubro de 2006, a Companhia ingressou com a ação ordinária na qual questionava a constitucionalidade da inclusão do ICMS destacado sobre as Notas Fiscais de vendas na base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a repetição de tal indébito retroativamente por 5 (cinco) anos. Tal matéria foi submetida ao rito da repercussão geral em 15 de março de 2017, onde ao julgar o Recurso Extraordinário nº 574.706/PR o Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria dos votos, decidiu que o ICMS não integra a base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS, eis que, destinado ao Estado, não está contemplado pelo conceito de faturamento. Contudo, em 19 de outubro de 2017 a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) apresentou Embargos de Declaração em face do Acórdão publicado em 2 de outubro de 2017 pelo STF. Nessa medida, a PGFN requer o saneamento de vícios que entende presentes no Acórdão, sendo os mais relevantes apresentados a seguir: (i) a modulação dos efeitos do julgamento; (ii) obscuridade no tocante ao ICMS a ser excluído (se aquele apurado ou aquele efetivamente recolhido), o que reflete na quantificação do crédito tributário a restituir bem como no proc

ROMI

ROMI S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63

ROMI3 B3 LISTED NM

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados: • Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: reconhecidos pelo custo amortizado acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os quais se aproximam do seu valor de mercado. • Duplicatas a receber e valores a receber - repasse FINAME fabricante: comentados e apresentados nas Notas 4 e 5. • Financiamentos e Financiamentos - FINAME fabricante: comentados e apresentados nas Notas 13 e 14. A Companhia acredita que os demais instrumentos financeiros como valores a pagar de partes relacionadas que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia resolvesse liquidá-los antecipadamente. (b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia: Risco de preço das mercadorias: esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no seu processo de produção. As receitas de vendas e principalmente o custo dos produtos e serviços vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou materiais poderão sofrer alterações. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacional e internacional. Risco de taxas de juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como a LIBOR e o CDI), com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado. Risco de taxas de câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além das contas a receber originadas por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em "*hedge*" natural, para se proteger das oscilações de efeito de tradução, a Companhia avalia a exposição de efeitos de tradução. A Companhia possui instrumentos financeiros atrelados ao dólar norte-americano e ao Euro. Os instrumentos expostos à variação de efeitos de tradução são representados por duplicatas a receber, investimentos diretos, financiamentos de exportação e fornecedores. Riscos Tributários: esse risco está relacionado a mudança nas legislações tributárias e de entendimentos com relação as ações que a companhia figura como ré, que podem afetar direta ou indiretamente a rentabilidade da Companhia, sendo através de incremento de custo/despesa ou também pelo aumento da carga tributária sobre o lucro obtido. Risco de crédito: advém, principalmente, da possibilidade da Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Qualidade dos créditos: devido a pulverização da carteira de clientes e ao fato desses clientes não possuírem classificação de risco concedida por agências avaliadoras, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Além disso, para todas as operações de FINAME Fabricante é exigida garantia real dos clientes. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia só as realiza em instituições com baixo risco de crédito. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pela Administração da Companhia. Risco de liquidez: a política de gestão do endividamento e de recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas de crédito, com ou sem lastro de recebíveis de exportação para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazos. Os cronogramas das parcelas de longo prazo dos empréstimos são apresentados na Nota 13. A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo:

					Consolidado
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2022					
Financiamentos	53.714	134.938	125.722	15.508	329.883
FINAME Fabricante	154.076	123.825	76.581	36.649	391.131
Fornecedores	135.557				135.557
Em 31 de dezembro de 2021					
Financiamentos	70.732	23.401	122.081	4.017	220.231
FINAME Fabricante	142.830	112.240	77.294	29.570	361.934
Fornecedores	129.391				129.391

Risco relacionado às operações de FINAME Fabricante: os passivos relacionados às operações de FINAME Fabricante têm como lastro os saldos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME Fabricante". Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas. Risco de gerenciamento de capital: o objetivo da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade operacional e oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras, caixa e equivalente de caixa, e o capital próprio (patrimônio líquido), respeitando alçadas de aprovações e limites de endividamentos estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração, como demonstrado a seguir. Tais limites são revisados periodicamente pelo Conselho de Administração.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
(–) Total dos financiamentos	614.676	550.343	721.014	582.165
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	(21.662)	(28.047)	(131.999)	(99.911)
Aplicações financeiras (Nota 3)	(118.814)	(74.786)	(118.814)	(74.786)
Valores a receber - repasse FINAME fabricante (Nota 5)	(406.838)	(371.641)	(406.838)	(371.641)
Dívida (Caixa) líquida	67.362	75.869	63.363	35.827
Total do patrimônio líquido	1.093.127	963.288	1.093.127	963.288
Total do capital	1.160.489	1.039.157	1.156.490	999.115
Índice de alavancagem financeira - %	5,8%	7,3%	5,5%	3,6%

Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM: (i) Variações na moeda estrangeira: As flutuações do câmbio podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores de materiais em componentes importados, aumento ou redução nos saldos de valores a receber de clientes de exportação e aumento ou redução nos saldos de empréstimos e financiamentos, denominados em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2022, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos à efeitos de tradução. Os ativos e passivos com exposição a flutuação das taxas de câmbio registrados no balanço patrimonial são demonstrados no quadro a seguir:

	Controladora
Caixa e equivalentes de caixa	6.100
Duplicatas a receber	25.826
Partes relacionadas a receber	55.181
Outros créditos	1.250
Partes relacionadas a pagar	(4.193)
Financiamentos	(104.137)
Fornecedores	(22.150)
Adiantamentos de clientes	(3.853)
Exposição passiva líquida	(45.976)

A seguir estão demonstradas as perdas que teriam sido reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de acordo com os seguintes cenários:

			Controladora
	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Exposição ativa líquida	19.315	24.144	28.973

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano e do Euro, conforme cotações obtidas no relatório de projeções, da seção de Análise Econômica do banco Santander Brasil, considerando a cotação projetada para o ano de 2023, sendo dólar a R$5,20 e euro a R$5,82. Os cenários II e III consideram um aumento do câmbio de 25% e de 50%, respectivamente. Os cenários prováveis, II e III estão sendo apresentados em atendimento à Instrução CVM nº 475/08. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações. (ii) Variações na taxa de juros: Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI, da SELIC e da TJLP. Em 31 de dezembro de 2022, foram estimados três cenários de aumento ou uma redução nas taxas de juros. A seguir está apresentada a exposição ao risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI e da TJLP.

	Controladora	Consolidado
Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculados ao CDI	131.862	201.272
Total de empréstimos e financiamentos vinculados ao CDI	–	(13.736)
Exposição ativa líquida	131.862	187.536

A análise de sensibilidade considera a exposição dos empréstimos e financiamentos, líquido das aplicações financeiras, indexadas ao CDI. As tabelas seguintes demonstram a perda (ganho) incremental que teria sido reconhecida (o) no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de acordo com os seguintes cenários: O cenário provável considera as taxas futuras de juros conforme cotações obtidas no relatório de projeções, da seção de Análise Econômica do banco Santander Brasil, considerando as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2023, no valor de 12,25%. Os cenários I e II consideram um aumento das taxas de juros em 25% e 50%, respectivamente.

			Controladora
	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Exposição ativa líquida	16.153	20.191	24.230
			Consolidado
	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Exposição ativa líquida	22.973	28.716	34.460

Ressalta-se que o FINAME Fabricante, por tratar-se de financiamento especificamente vinculado a operações de vendas que são devidas à Companhia, mas que, pelas regras do FINAME Fabricante, tem suas taxas de juros repassadas integralmente aos clientes, a Companhia entende não existir impacto financeiro no resultado decorrente da flutuação da taxa de juros nesses financiamentos. (c) Instrumentos financeiros por categoria: Os principais ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Empréstimos e recebíveis:	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	21.662	28.047	131.999	99.911
Aplicações financeiras	118.814	74.786	118.814	74.786
Contas a receber	161.309	137.313	303.894	258.666
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	406.838	371.641	406.838	371.641
Partes relacionadas	60.148	104.776	–	–
Outros créditos, exceto adiantamentos e máquinas pendente reintegração	16.027	6.721	36.180	13.678
Depósitos judiciais	12.200	12.097	12.200	12.097
Passivos financeiros ao custo amortizado:				
Financiamentos	223.545	188.409	329.883	220.231
Financiamentos - FINAME fabricante	391.131	361.934	391.131	361.934
Fornecedores	106.976	115.340	135.557	129.391
Outras contas a pagar	9.707	5.035	37.384	37.674
Partes relacionadas	1.490	3.096	–	–

21. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO - CONSOLIDADO: Para gerenciar suas operações, a Companhia está organizada em três unidades de negócio, as quais são base para reportar as suas informações primárias por segmento, sendo: Máquinas Romi, Máquinas Burkhardt+Weber e Fundidos e Usinados. Apesar de a unidade de negócio Máquinas Burkhardt+Weber ter apresentado prejuízo operacional, reflexo da retomada gradual em virtude dos efeitos da pandemia, a Companhia concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis, conforme mencionado na NE 11. As informações do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de forma comparativa com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com os segmentos da Companhia:

						31 de dezembro de 2022
	Máquinas Romi	Máquinas Burkhardt + Weber	Fundidos e usinados	Outros	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Receita operacional líquida	904.600	180.566	507.136	–	–	1.592.302
Custo dos produtos e serviços vendidos	(428.190)	(169.667)	(485.613)	–	–	(1.083.470)
Transferências remetidas	1.277	10.464	90.130	–	(101.871)	–
Transferências recebidas	(100.594)	–	(1.277)	–	101.871	–
Lucro bruto	377.093	21.363	110.376	–	–	508.832
(Despesas) receitas operacionais:						
Vendas	(102.591)	(16.922)	(6.243)	–	–	(125.756)
Gerais e administrativas	(43.179)	(27.221)	(20.976)	–	–	(91.376)
Pesquisa e desenvolvimento	(22.178)	–	(7.729)	–	–	(29.907)
Honorários da Administração	(9.446)	–	(8.129)	–	–	(17.575)
Outras receitas operacionais líquidas	4.042	–	–	22.878	–	26.920
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	203.741	(22.780)	67.299	22.878	–	271.138
Estoques	471.563	70.681	98.553			640.797
Depreciação e amortização	24.562	11.875	14.309			50.746
Imobilizado, líquido	294.016	60.906	65.353			420.275
Intangível	805	50.204	3			51.012
	Europa	América Latina	América do Norte	Ásia		Total
Receita operacional líquida por região geográfica	285.466	1.254.241	46.035	6.560		1.592.302

						31 de dezembro de 2021
	Máquinas Romi	Máquinas Burkhardt + Weber	Fundidos e usinados	Eliminações entre segmentos		Consolidado
Receita operacional líquida	746.639	245.312	391.548	–		1.383.499
Custo dos produtos e serviços vendidos	(363.322)	(197.734)	(375.654)	–		(936.710)
Transferências remetidas	1.210	–	61.753	(62.963)		–
Transferências recebidas	(61.753)	–	(1.210)	62.963		–
Lucro bruto	322.773	47.578	76.438	–		446.789
(Despesas) receitas operacionais:						
Vendas	(81.871)	(20.742)	(8.282)			(110.895)
Gerais e administrativas	(35.938)	(31.356)	(18.552)			(85.846)
Pesquisa e desenvolvimento	(19.435)	–	(7.642)			(27.077)
Honorários da Administração	(7.966)	–	(7.755)			(15.721)
Outras receitas operacionais líquidas	2.437	1.861	–			4.298
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	180.000	(2.659)	34.207			211.548
Estoques	405.701	48.094	82.904			536.699
Depreciação e amortização	18.427	12.134	11.815			42.376
Imobilizado, líquido	232.292	79.009	59.047			370.348
Intangível	938	63.120	7			64.065
	Europa	América Latina	América do Norte	Ásia		Total
Receita operacional líquida por região geográfica	336.322	979.495	40.151	27.530		1.383.498

22. COMPROMISSOS FUTUROS: Em 10 de abril de 2017, a Companhia e a Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA, pertencente ao grupo Endesa, resolveram aditar o contrato de compra de energia elétrica firmado em 1 de maio de 2007, objetivando contratar o volume de energia elétrica de acordo com as necessidades da Companhia. Em 30 de maio de 2019, a Companhia firmou contrato de compra de energia elétrica com a Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. - Engie, para os períodos que sucedem o contrato em curso com a CDSA. O período de fornecimento da energia elétrica contratado foi estendido por mais três anos, ou seja, até 31 de dezembro de 2023 e passou a refletir os seguintes valores, os quais são reajustados anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IPCA:

Ano de Fornecimento	Valor
2023	18.268
2024	16.001
2025 e após	15.407
	49.676

A Administração da Companhia é da opinião de que esse contrato está condizente com as necessidades de consumo de energia elétrica para o prazo contratado.

23. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS: A receita líquida de vendas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 possuem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Mercado interno	1.372.462	1.081.326	1.370.605	1.081.315
Mercado externo	175.516	140.423	416.738	460.131
Receita bruta de vendas	1.547.978	1.221.749	1.787.343	1.541.446
(–) Impostos incidentes sobre as vendas	(192.924)	(157.615)	(195.041)	(157.947)
Receita líquida de vendas	1.355.054	1.064.134	1.592.302	1.383.499

24. CUSTO E DESPESA POR NATUREZA:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Depreciação e amortização	36.687	25.955	50.746	42.376
Despesas com pessoal	218.742	173.680	332.638	308.196
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	812.694	627.545	875.255	718.975
Frete	34.935	23.154	42.567	31.475
Outras despesas	3.085	14.547	46.878	75.227
Total	1.106.143	864.881	1.348.084	1.176.249
Classificados como:				
Custo dos produtos e serviços vendidos	931.637	722.832	1.083.470	936.710
Despesas com vendas	82.260	62.100	125.756	110.895
Despesas gerais e administrativas	44.926	37.287	91.376	85.846
Pesquisa e desenvolvimento	29.907	27.077	29.907	27.077
Participação e honorários da Administração	17.413	15.585	17.575	15.721
Total	1.106.143	864.881	1.348.084	1.176.249

25. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	6.603	4.454	11.625	4.473
Juros de duplicatas a receber	2.444	3.950	2.444	3.950
Resultado financeiro no Êxito em Processo Judicial	5.211	2.372	5.211	2.372
Outros	(913)	611	(205)	1.537
Total	13.345	11.387	19.075	12.332
Despesas financeiras:				
Juros de financiamento	(18.059)	(10.279)	(18.675)	(10.950)
Outras	6.208	(1.448)	1.924	(3.050)
	(11.851)	(11.727)	(16.751)	(14.000)

26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Resultado da venda de ativos	3.938	2.251	3.938	2.251
Receita de venda de unidades imobiliárias	–	–	13.935	–
Venda de terrenos de controladas	–	–	8.943	–
Outros	650	(209)	104	2.047
	4.588	2.042	26.920	4.298

27. EVENTOS SUBSEQUENTES: (i) Controladas: Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Rominor Comércio"). Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de janeiro de 2023, foi autorizada a distribuição de dividendos intermediários, referente ao exercício de 2022, no valor de R$11.755, a ser pago em 15 de fevereiro de 2023, sujeito a ratificação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 14 de março de 2023. (ii) Em Reunião do Conselho de Administração da Romi realizada em 31 de janeiro de 2023, foi recomendada a distribuição de dividendos intermediários no valor R$13.490, referente ao exercício 2022, e a distribuição de dividendos oriundos da reserva de lucro do exercício de 2021, no valor de R$598, a ser pago em 24 de fevereiro de 2023, sujeito a ratificação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 14 de março de 2023. (iii) Controladas: Rominor Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Rominor Empreendimentos"). Em Reunião do Conselho de Administração da Romi realizada em 31 de janeiro de 2023, foi recomendada a a distribuição de dividendos intermediários no valor de R$ R$13.490, referente ao exercício 2022, e a distribuição de dividendos oriundos da reserva de lucro do exercício de 2021, no valor de R$598, a ser pago em 24 de fevereiro de 2023, sujeito à retificação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 14 de março de 2023.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Américo Emílio Romi Neto - Presidente do Conselho de Administração
Carlos Guimarães Chiti - Vice-Presidente do Conselho de Administração
Antonio Cândido de Azevedo Sodré Filho - Membro do Conselho de Administração
José Carlos Romi - Membro do Conselho de Administração
Mônica Romi Zanatta - Membro do Conselho de Administração
Paulo Romi - Membro do Conselho de Administração
Francisco José Levy - Membro do Conselho de Administração
Marcio Guedes Pereira Junior - Membro do Conselho de Administração

DIRETORIA

Luiz Cassiano Rando Rosolen - Presidente
Fernando Marcos Cassoni - Vice-Presidente
Fábio Barbanti Taiar - Diretor
Tales Caires Aquino - Diretor
Douglas Pedro de Alcântara - Diretor
Mauricio Lanzellotti Lopes - Diretor

CONSELHO FISCAL

Alfredo Ferreira de Marques Filho
Clóvis Ailton Madeira
Walter Luis Bernardes Albertoni

CONTADORA

Josiane Perdigão Gibin - CRC - SP202148/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal de Romi S.A. procedeu ao exame do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e da Proposta de Destinação de Resultados e de Distribuição de Dividendos, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como da Proposta da Administração no que tange ao Orçamento de Capital para o exercício de 2023.

Com base nas informações disponibilizadas e, tendo recebido esclarecimentos por parte da Administração e dos Auditores Independentes, opina que referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

Santa Bárbara d'Oeste, 31 de janeiro de 2023

Alfredo Ferreira Marques Filho
Clóvis Ailton Madeira
Walter Luis Bernardes Albertoni

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **Romi S.A. - Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Romi S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Romi S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme descrito na nota explicativa 2.16.b, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, segue o entendimento manifestado pela CVM no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. *Ativo imobilizado e intangível - Avaliação de indicativos de redução do valor recuperável do ativo imobilizado e intangível para o segmento "Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W")".* Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, principalmente pelas oscilações ocorridas no mercado de atuação do segmento B+W em decorrência da "Covid-19", julgamos que a avaliação de indicativos de redução do valor recuperável de ativo imobilizado e ativo intangível foi importante durante cada um dos trimestres do exercício findo naquela data. No último trimestre do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração avaliou a existência de eventuais indicativos que pudessem requerer a execução de teste de recuperabilidade do ativo imobilizado e intangível para esta unidade geradora de caixa e concluiu sobre a não existência de indicativos. Nós executamos procedimentos de auditoria preliminares sobre algumas das estimativas e premissas de negócio relevantes que pudessem nos indicar se os ativos possam ter sofrido desvalorização, quando aplicável, para eventual identificação de risco de distorção material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos preliminares aplicados, não identificamos indicativos de redução do valor recuperável para o segmento B+W e assim consideramos aceitável o valor do ativo imobilizado e do ativo intangível do segmento B+W no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 tomadas em conjunto. *Reconhecimento de receita de venda de unidades imobiliárias:* Conforme divulgado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia reconheceu, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, por meio de sua controlada Rominor Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Rominor Empreendimentos"), o montante de R$13.935 mil de receita de contratos de compra e venda de unidades imobiliárias não concluídas. A Administração é de opinião que sua receita de contratos de compra e venda de unidades imobiliárias deve ser reconhecida de acordo com o Ofício-Circular da CVM /SNC/SEP nº 02/2018 aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil e assim, concluiu que os contratos celebrados se qualificaram para o reconhecimento de receita ao longo do tempo ("over time"). Diante do exposto, esse assunto foi considerado como área de foco em nossa auditoria. Além do envolvimento de profissionais mais experientes, nós executamos procedimentos de auditoria preliminares sobre os aspectos qualitativos técnicos envolvidos, para eventual identificação de risco de distorção material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como sobre as divulgações relacionadas. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos preliminares aplicados, concluímos que não há risco de distorção relevante e, consideramos como razoável a conclusão alcançada pela Administração no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 tomadas em conjunto, considerando as práticas contábeis adotadas e divulgadas pela Companhia. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente